

PATRIMÔNIO SEPARADO DA 5ª EMISSÃO DA
SÉRIE 1ª - CRI - ISIN Nº BRPVSCCRI1J7

Relatório do auditor independente

Demonstrações financeiras
Em 31 de março de 2026

PATRIMÔNIO SEPARADO DA 5ª EMISSÃO DAS SÉRIES 1ª E 2ª - CRI - ISINS
Nºs BRPVSCCRI1J7

Demonstrações financeiras
Em 31 de março de 2026

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Balanço patrimonial

Demonstração do resultado

Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas às demonstrações financeiras

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores e Investidores do
Patrimônio Separado da 5ª Emissão da Série 1ª - CRI – ISIN nº BRPVSCCR1J7
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Patrimônio Separado da 5ª Emissão da Série 1ª - CRI – ISIN nº BRPVSCCR1J7 (“Patrimônio Separado”), administrado pela Companhia Província de Securitização (“Securitizadora”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas para o exercício findo em 31 de março de 2026 foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e legislações aplicáveis aos patrimônios separados, que também consideram as disposições previstas na Resolução CVM nº 60/21, e alterações posteriores, para elaboração dessas demonstrações financeiras de propósito especial, conforme notas explicativas nºs 1 e 2.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação ao Patrimônio Separado, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras e restrição sobre o uso

Chamamos a atenção para as notas explicativas nºs 1 e 2 às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de março de 2026, as quais descrevem que a base contábil dessas demonstrações financeiras, elaboradas exclusivamente para atendimento das legislações aplicáveis aos Patrimônios Separados e do artigo 50º da Resolução CVM nº 60/21, que requerem que as Securitizadoras considerem cada patrimônio separado, não consolidado, como uma entidade que reporta. Consequentemente, as demonstrações financeiras podem não servir para outra finalidade. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Descumprimentos contratuais e alteração do fluxo de pagamentos

Chamamos a atenção para as notas explicativas nºs 5.h e 6.c às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de março de 2026, as quais descrevem a ocorrência de descumprimentos de condições contratuais, incluindo o não atendimento do valor mínimo do fundo de reserva e o não pagamento de parcelas, que ensejaram os gatilhos de vencimento antecipado da operação, sustados pelas assembleias. Conforme divulgado, foram realizadas alterações nos cronogramas de amortização e condições de pagamento, incluindo ajustes na taxa de amortização, resultando na transferência das amortizações periódicas para o vencimento das obrigações. Adicionalmente, a Administração informa que não foi identificada a necessidade de constituição de provisão para perdas esperadas, tendo em vista que as garantias permanecem íntegras e suficientes para cobertura das obrigações. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Estruturação, lastro e custódia de recebíveis imobiliários e emissão dos Certificados de Recebíveis Imobiliários com regime fiduciário

Conforme mencionado na nota explicativa nº 5, no contexto de suas operações normais, a Securitizadora estrutura operações de securitização vinculando recebíveis imobiliários ("Recebíveis imobiliários com regime fiduciário"), os quais não possuem câmara de liquidação, ou mesmo um mercado organizado de negociação que permita o controle e lastro, aos Certificados de Recebíveis Imobiliários ("CRIs"), veiculados com regime fiduciário. Não obstante, a Securitizadora também efetua o gerenciamento do recebimento destes ativos, bem como o pagamento dos CRIs em observância às suas obrigações junto ao agente fiduciário. Devido à relevância destes assuntos, considerando as operações descritas e os reflexos contábeis provenientes destas movimentações financeiras, definimos esse assunto como significativo para nossa auditoria.

Resposta da auditoria ao assunto

Em resposta ao risco significativo de auditoria identificado, mapeamos os processos e as atividades de controles implementados pela Securitizadora e efetuamos procedimentos específicos de auditoria que incluem, mas não se limitam na:

- Leitura dos termos de securitização e alterações posteriores, quando aplicável, focando as condições determinadas e se estas foram refletidas nas demonstrações financeiras;
- Verificação do lastro dos recebíveis imobiliários;
- Verificação da custódia dos direitos creditórios e CRIs emitidos;
- Comparação da posição da carteira dos recebíveis imobiliários com os relatórios financeiros, analisando a titularidade dos ativos ao Patrimônio Separado;
- Comparação das premissas previstas nos ativos e passivos registrados, avaliando seu adequado registro e verificando se as respectivas valorizações e desvalorizações foram contabilizadas em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado do exercício; e
- Avaliação das adequadas divulgações realizadas nas demonstrações financeiras.

Baseados nos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que as evidências de auditoria obtidas são apropriadas e suficientes para suportar a titularidade do Patrimônio Separado sobre os Recebíveis imobiliários a receber e os CRIs a pagar, assim como a correta mensuração e contabilização e divulgação em nota explicativa dos respectivos ativos e passivos no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) dos recebíveis imobiliários com regime fiduciário

Conforme mencionado nas notas explicativas nºs 3 e 5, o valor recuperável dos recebíveis imobiliários com regime fiduciário detidos pelo Patrimônio Separado é determinado quando existe evidência provável de que esse não será capaz de receber os valores devidos, evidência esta que contempla a utilização de julgamentos e premissas relevantes, que incluem análises sobre fatores externos, condições econômicas gerais e capacidade de liquidação futura pelo devedor/cedente, bem como fatores internos, tais como histórico de pagamentos e garantias. Esses fatores são considerados na identificação de indícios de perda por redução ao valor recuperável dos direitos creditórios bem como no cálculo do valor recuperável. Devido à relevância e ao nível de julgamento inerente à determinação do valor recuperável dos direitos creditórios, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.

Resposta da auditoria sobre o assunto

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram:

- Avaliação e análise das premissas utilizadas na mensuração de eventuais perdas, considerando histórico de pagamentos, liquidação futura e garantias;
- Avaliação, quando aplicável, do registro de perdas estimadas e premissas utilizadas; e
- Avaliação das adequadas divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras.

Baseados nos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que as evidências de auditoria obtidas são apropriadas e suficientes para suportar a realização e recuperação dos recebíveis imobiliários, bem como as divulgações relacionadas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidades da Administração da Securitizadora pelas demonstrações financeiras

A Administração da Securitizadora é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelas legislações aplicáveis aos patrimônios separados e que também consideram as disposições previstas na Resolução CVM nº 60/21, e alterações posteriores, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração da Securitizadora é responsável, dentro das prerrogativas previstas nas legislações aplicáveis aos Patrimônios Separados, pela avaliação da capacidade do Patrimônio Separado continuar operando conforme o Termo de Securitização dos Créditos, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Securitizadora; e
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

Concluimos sobre a adequação do uso pela Administração da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Patrimônio Separado. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Patrimônio Separado a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de junho de 2026.

BALANÇO PATRIMONIAL
PATRIMÔNIO SEPARADO DA 5ª EMISSÃO DA SÉRIE 1ª – CRI - ISIN Nº BRPVSCCRI1J7
(Administrado por Companhia Provincia de Securitização S.A)
EM 31 DE MARÇO DE 2026 E 2025
(Em milhares de Reais)

	Nota Explicativa	2026	2025		Nota Explicativa	2026	2025
ATIVO				PASSIVO			
CIRCULANTE		3.278	13.560	CIRCULANTE		3.278	13.560
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.216	3.116	Captação de recursos	6	2.062	10.444
				Obrigações por emissão de CRI com regime fiduciário		2.062	10.444
Direitos Creditórios	5	2.062	10.444	Outras obrigações	7	1.216	3.116
Recebíveis imobiliários com regime fiduciário		2.062	10.444	Valores retidos com regime fiduciário		562	1.627
				Credores diversos		654	1.489
NÃO CIRCULANTE		22.914	19.557	PASSIVO NÃO CIRCULANTE		22.914	19.557
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		22.914	19.557	Captação de recursos	6	22.914	19.557
Direitos Creditórios	5	22.914	19.557	Obrigações por emissão de CRI com regime fiduciário		22.914	19.557
Recebíveis imobiliários com regime fiduciário		22.914	19.557				
TOTAL DO ATIVO		26.192	33.117	TOTAL DO PASSIVO		26.192	33.117

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO

PATRIMÔNIO SEPARADO DA 5ª EMISSÃO DA SÉRIE 1ª - CRI - ISIN Nº BRPVSCCRI1J7

(Administrado por Companhia Provincia de Securitização S.A)

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2026 E 2025

(Em milhares de Reais)

	Nota Explicativa	2026	2025
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA			
Juros e Atualização sobre Direitos creditórios	5	3.793	4.384
Total das receitas da intermediação financeira		3.793	4.384
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA			
Juros e atualização de CRI	6	(3.793)	(4.384)
Total das despesas da intermediação financeira		(3.793)	(4.384)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		-	-
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Outras despesas administrativas	8	(190)	(253)
Total de outras receitas (despesas) operacionais		(190)	(253)
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas Financeiras	4	183	535
Despesas Financeiras		(183)	(535)
Total do resultado financeiro		-	-
Resultado de operações sujeitas a regime fiduciário e sem coobrigação		190	253
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – MÉTODO DIRETO
PATRIMÔNIO SEPARADO DA 5ª EMISSÃO DA SÉRIE 1ª – CRI - ISIN Nº BRPVSCCRI1J7
(Administrado por Companhia Provincia de Securitização S.A)
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2026 E 2025
(Em milhares de Reais)

	Nota Explicativa	2026	2025
FLUXO DE CAIXA DA OPERAÇÃO			
ENTRADAS DE CAIXA			
(+) Recebimento de direitos creditórios	5	7.559	5.228
(+) Rendimento com aplicações Financeiras		125	161
Total das entradas de caixa		<u>7.684</u>	<u>5.389</u>
SAIDAS DE CAIXA			
(-) Pagamentos efetuados à classe sênior	6	<u>(8.818)</u>	<u>(5.323)</u>
Amortização do principal		(6.245)	-
Juros		(2.573)	(2.393)
Prêmio		-	(2.930)
(-) Pagamento de despesas	8	(185)	(249)
(-) Liberação de Fundos		(581)	(6.621)
Total das saídas de caixa		<u>(9.584)</u>	<u>(12.193)</u>
VARIAÇÃO LÍQUIDA NO CAIXA DO PATRIMÔNIO SEPARADO		<u><u>(1.900)</u></u>	<u><u>(6.804)</u></u>
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
No início do exercício		3.116	9.920
No fim do exercício		1.216	3.116
Redução do saldo de caixa e equivalentes de caixa		<u><u>(1.900)</u></u>	<u><u>(6.804)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2026 E 2025 (Em milhares de reais - R\$)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Província de Securitização (“Emissora”, “Securitizadora” e/ou “Companhia”), foi constituída em 19 de dezembro de 2000, é uma sociedade anônima, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. Anteriormente sua sede era na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, a alteração consta na Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 18 de outubro de 2019.

No desempenho do seu objeto social e na condição de Emissora dos Certificados de Recebíveis a Companhia constituiu o Patrimônio Separado (“Patrimônio Separado”) com registro na CETIP nº 22E0886427, ao qual se referem às demonstrações financeiras ora disponibilizadas em cumprimento ao disposto principalmente, na Lei 14.430, de 3 de agosto de 2022, e demais legislações aplicáveis ao Patrimônio Separado, e pela Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021, e alterações posteriores, relativas aos exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025.

Em complemento, registramos a seguir outras informações relacionadas ao Patrimônio Separado citado:

- a) Datas de início e término da emissão: CRI 1ª, de 27 de maio de 2022 à 30 de maio de 2028.
- b) Sumário das operações efetuadas: Emissão lastreada em direitos creditórios imobiliários decorrentes de cédula de crédito bancário, conforme descrito na nota explicativa nº 5.
- c) Critérios previstos para a revolvência dos direitos creditórios: a operação não tem previsão de aquisição de novos direitos creditórios durante o seu curso.
- d) Forma de utilização de derivativos e os riscos envolvidos: A emissão não conta com a contratação de instrumentos financeiros derivativos, motivo pelo qual não foram identificados riscos relacionados à contratação desses instrumentos na estrutura da Emissão.
- e) Mecanismos de retenção de risco utilizados na estrutura da securitização, tais como garantias reais ou fidejussórias, subordinação ou coobrigação, assim como, se for o caso, a utilização desses mecanismos durante o exercício: Aval; Fundo de Obra; Fundo de Despesas; Fundo de Reserva; Fundo de Reserva de Obras; Alienação Fiduciária de Imóvel e Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado, regido pela Lei 14.430/22 e demais legislações aplicáveis ao Patrimônio Separado, foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, nos pronunciamentos, orientações e nas interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) requeridos na Resolução CVM Nº 60/21, e demais normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2026 E 2025 (Em milhares de reais - R\$)

Uso de estimativas e julgamentos - A preparação das informações anuais individuais exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados efetivos podem divergir dessas estimativas.

As demonstrações financeiras incluem estimativas contábeis e exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis referentes às perdas esperadas dos recebíveis imobiliários com regime fiduciário.

Moeda funcional e moeda de apresentação - Estas informações anuais individuais são apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da Emissora. Todas as informações financeiras apresentadas foram arredondadas para a unidade de milhar mais próxima, exceto quando indicado de outra forma.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Emissora em 23 de junho de 2026.

3. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As políticas contábeis materiais adotadas para elaboração dessas demonstrações financeiras são as seguintes:

a) Caixa e equivalente de caixa

Incluem os montantes de caixa, fundos disponíveis em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras com prazo para resgate de até 90 dias da data da aplicação, principalmente cotas de fundo de investimento, operações compromissadas e Certificado de Depósito Bancário - CDB. As aplicações financeiras são registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, não superando o valor de mercado conforme Resolução CVM nº 60.

b) Instrumentos financeiros

b.1) Ativos financeiros não derivativos

São representados por direitos creditórios classificados na categoria de ativo financeiro mensurado ao custo amortizado, com pagamentos fixos ou calculáveis, que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os direitos creditórios são medidos pelo custo amortizado, através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

b.2) Passivos financeiros não derivativos

São representados por obrigações por emissão dos CRIs, reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescidos de quaisquer custos de transações atribuíveis na data de negociação na qual a Emissora identifica que o Patrimônio Separado se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. São medidos pelo custo amortizado, através do método dos juros efetivos e sua baixa ocorre quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2026 E 2025 (Em milhares de reais - R\$)

c) Redução ao valor recuperável (“*impairment*”)

Ativos financeiros

O Patrimônio Separado reconhece perdas esperadas de crédito sobre os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

As perdas esperadas dos recebíveis imobiliários com regime fiduciário, são estabelecidas quando existe uma evidência provável de que o Patrimônio Separado não será capaz de receber os valores devidos e seus impactos serão registrados em contrapartida no passivo do Patrimônio Separado. O valor da perda esperada é calculado como a diferença entre valor contábil e valor recuperável dos recebíveis.

Além da verificação da situação de inadimplência, são considerados outros fatores que possam interferir na análise sobre a capacidade de liquidação dos fluxos de caixa esperados para o cumprimento das obrigações junto aos investidores.

d) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado e/ou expectativa futura, se a Emissora, em nome do Patrimônio Separado, tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais são efetuadas de acordo com os critérios definidos no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Em 31 de março de 2026 não há processos judiciais a serem registrados ou apresentados.

e) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os demais ativos e passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias.

f) Reconhecimento de receitas e despesas:

As receitas e despesas são apropriadas ao resultado segundo regime contábil de competência.

Receitas e despesas de juros para todos os instrumentos financeiros com incidência de juros são reconhecidas dentro de "receitas da intermediação financeira" e "despesas da intermediação financeira" na demonstração do resultado, usando o método da taxa efetiva de juros. Ao calcular a taxa efetiva de juros, a Série estima os fluxos de caixa considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, mas não considera perdas de crédito futuras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2026 E 2025 (Em milhares de reais - R\$)

Resultado de operações sujeitas a regime fiduciário

É formado como consequência do processo de segregação das demonstrações financeiras dos patrimônios separados das demonstrações financeiras da securitizadora, dentre os quais se destacam a observância da legislação aplicável aos CRIs e a legislação tributária, representando a destinação do resultado apurado no exercício, para composição dos valores a serem suportados pelo investidor caso essas insuficiências venham efetivamente a impactar às expectativas de retorno da emissão ou por valores a serem destinados no encerramento da operação conforme estabelece as determinações legais.

g) Informação por segmento

O Patrimônio Separado opera com um único segmento (securitização de recebíveis imobiliários) e por isso considera que nenhuma divulgação adicional por segmento seja necessária.

h) Imposto de renda e contribuição social

Em decorrência do disposto na legislação tributária vigente, a tributação dos eventuais resultados do patrimônio separado é realizada em base consolidada com os resultados registrados pela emissora. Nesse sentido, não são evidenciados gastos relacionados à tributação a título de impostos de renda e de contribuição social sobre o lucro líquido.

i) Demonstração dos fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa foi elaborada pelo método direto partindo das informações contábeis, em conformidade com as instruções contidas no CPC 03 (R2) – Demonstrações dos fluxos de caixa.

j) Patrimônio separado

Como no patrimônio todos os investidores são registrados em seu passivo, inclusive a participação residual da Emissora, todo o resultado do exercício será atribuído aos investidores, a Emissora ou aos cedentes que façam jus ao resultado, desde que previsto no termo de securitização, e, por conseguinte, o Balanço Patrimonial apresentará patrimônio líquido com valor igual a zero.

Caso o patrimônio separado apresente prejuízo no período, este deverá impactar os eventuais excessos de ativos reconhecidos anteriormente em favor da Emissora ou de cedentes, no passivo, até o limite destes. Caso o prejuízo supere esse valor, o montante que exceder deve ser reconhecido como uma conta redutora do valor a pagar para os investidores.

4. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

	31/03/2026	31/03/2025
Certificados de Depósito Bancário – CDBs	1.156	2.631
Aplicação automática	60	485
Total	1.216	3.116

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2026 E 2025 (Em milhares de reais - R\$)

Inicialmente as cotas de fundos de investimento são registradas pelo seu valor de aquisição sendo atualizado diariamente, pelos respectivos valores das cotas divulgados pelos seus respectivos Administradores. As receitas financeiras oriundas de aplicações em certificados de depósitos bancários (CDB's) e aplicações automáticas totalizaram o montante de R\$ 183 (R\$ 535 em 2025).

5. INFORMAÇÕES DETALHADAS SOBRE DIREITOS CREDITÓRIOS RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS COM REGIME FIDUCIÁRIO

a. Descrição dos direitos creditórios imobiliários adquiridos:

A emissão é lastreada em direitos creditórios imobiliários decorrentes de cédula de crédito bancário, cujo a devedora é a Dwell Construções e Incorporações de Imóveis Eireli, que tem como instituição custodiante a Companhia Hipotecária Piratini - CHP e instituição fiduciária a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., vinculados em regime fiduciário para a emissão de certificados de recebíveis imobiliários, sendo a 5ª Emissão da 1ª série da Emissora, sob registro ISIN nº BRPVSCCRI1J7.

Os recebíveis que são objeto de lastro para as emissões, possuem as mesmas características e atualização constantes na nota explicativa nº 6.

Movimentação dos Direitos Creditórios		
	31/03/2026	31/03/2025
Saldo inicial	30.001	30.940
(+) Juros e atualização sobre Direitos creditórios	3.793	4.384
(-) Recebimento de direitos creditórios	(7.559)	(5.228)
(-) Utilização de Valor retido (i)	(1.259)	(95)
Saldo Final	24.976	30.001

- (i) Utilização dos fundos para complementar o pagamento do CRI aprovado em assembleia, conforme nota explicativa 6.c.
- (ii) A operação prevê recebimento de valores em valor superior aos que estão alienados fiduciariamente à emissão do CRI, os quais são de propriedade do devedor e, serão devolvidos após o cumprimento dos pagamentos prioritários conforme definido no termo de securitização.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2026 E 2025 (Em milhares de reais - R\$)

- b. Valores vencidos e a vencer, por faixa de vencimento, que considera o valor nominal dos direitos creditórios ajustado a valor presente, utilizando a taxa de retorno da cessão de crédito:

Créditos vinculados

	<u>31/03/2026</u>	<u>31/03/2025</u>
a. por prazo de vencimento		
i. até 30 dias	195	-
ii. de 31 a 60 dias	193	-
iii. de 61 a 90 dias	-	-
iv. de 91 a 120 dias	382	-
v. de 121 a 150 dias	-	-
vi. de 151 a 180 dias	189	-
vii. de 180 a 360 dias	1.103	30.001
viii. acima de 361 dias	22.914	-
Total	24.976	30.001
Circulante	2.062	10.444
Não Circulante	22.914	19.557
Total	24.976	30.001

Os direitos creditórios, não possuem parcelas inadimplentes até a data de aprovação destas demonstrações financeiras.

- c. Montante da provisão constituída e a sua movimentação durante o exercício:

Na análise da Emissora, não há perdas estimadas a serem constituídas em função da não ocorrência de créditos vencidos no lastro e não haver indícios ou expectativas de que o cedente possa vir a não liquidar seus compromissos.

- d. Garantias relacionadas diretamente com os direitos creditórios:

A emissão conta com as garantias de aval; fundo de obra; fundo de despesas; fundo de reserva; fundo de reserva de obras; alienação fiduciária de imóvel e cessão fiduciária de direitos creditórios.

- e. Procedimentos de cobrança dos direitos creditórios inadimplidos, incluindo a execução de garantias e custos envolvidos:

O procedimento de cobrança adotado pela Emissora inicia-se imediatamente após a verificação de eventual inadimplência dos créditos, e leva em consideração o intervalo de tempo entre a arrecadação e o fluxo previsto de pagamento de amortização e juros dos Certificados, objetivando a melhor performance da liquidez do patrimônio separado. A administração é responsável pela cobrança dos direitos creditórios, incluindo a cobrança judicial, extrajudicial bem como adoção dos procedimentos necessários para execução de eventuais garantias envolvidas.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2026 E 2025 (Em milhares de reais - R\$)

- f. Eventos de pré-pagamento ocorridos durante o exercício, e o impacto sobre o resultado e a rentabilidade dos investidores:

Os eventos de pré-pagamentos referem-se à antecipação do pagamento dos créditos imobiliários pelos devedores da operação, por amortização extraordinária ou regaste antecipado conforme previsto no termo de securitização da operação:

Eventos de pré-pagamentos
Antecipações

Série: 1ª

Mês	Valor	Mês	Valor
abr/25	-	abr/24	200
mai/25	-	mai/24	465
dez/25	-	dez/24	144
jan/26	-	jan/25	10
fev/26	128	fev/25	-
mar/26	499	mar/25	-

- g. Informações sobre a aquisição substancial ou não dos riscos e benefícios da carteira, incluindo, a metodologia adotada pela Emissora para a definição dessa avaliação, os valores dos direitos creditórios adquiridos com ou sem retenção substancial de riscos e, para os direitos creditórios adquiridos sem retenção substancial de riscos, a segregação dos valores por entidade que reteve substancialmente os riscos e benefícios:

A emissora não assume a retenção de riscos e benefícios vinculados às emissões de Certificados de titularidade dos investidores.

- h. Alteração de Cronograma de Amortização do Principal

A Emissora aponta que, mesmo com a repactuação da taxa de amortização (TAI) da CCB, e consequentemente dos CRI, informado na nota 6.c., não houve o aumento substancial de risco de crédito da operação, uma vez que as garantias permanecem íntegras e suficientes para cobertura das obrigações não houve eventos de *default*, descumprimento contratual relevante ou gatilho que requeira execução de garantias, os pagamentos têm sido regularmente acompanhados conforme as políticas internas e os mecanismos de monitoramento previstos nos Documentos da Operação e não foram identificados elementos que indiquem constituição de provisão de perda.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2026 E 2025 (Em milhares de reais - R\$)

6. OBRIGAÇÕES POR EMISSÃO DE CRI COM REGIME FIDUCIÁRIO – CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE

INFORMAÇÕES SOBRE O PASSIVO DA EMISSÃO - RECURSOS DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS - CRI

Os certificados de recebíveis imobiliários da 5ª Emissão da 1ª Série emitidos sob o regime fiduciário estão lastreados por créditos imobiliários nos termos da Lei 14.430/22, vinculados a este Patrimônio Separado apresenta as seguintes características:

Movimentação do CRI		
	31/03/2026	31/03/2025
Saldo inicial	30.001	30.940
(+) Juros e atualização de CRI	3.773	4.384
(-) Juros pagos	(2.573)	(2.393)
(-) Amortizações	(6.245)	(2.930)
Saldo Final	24.956	30.001

a. Valores relativos à série e às suas principais respectivas características:

Série: 1ª

Prazo de vencimento:	25 meses
Valor da série atualizado:	R\$ 24.976 (R\$ 30.001 em 31 de março de 2025)
Taxa de juros efetiva:	10,00% a.a. de juros + 100% da variação do indexador
Indexador:	IPCA
Pagamento de Juros:	Mensal - Após Jun/2024
Cronograma de amortização:	Apenas no vencimento (i)

- (i) Alteração do cronograma de amortização de principal de pagamento mensal para apenas no vencimento, conforme assembleia de 03 de novembro de 2025, informado na nota explicativa 6.c.

b. Principais direitos políticos inerentes a cada classe de certificado:

Os investidores, poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse, conforme previsto no Termo de Securitização, sendo que cada CRI devidamente subscrito e integralizado corresponderá um voto, sendo admitida a constituição de mandatários, observadas as disposições dos parágrafos primeiro e segundo do Artigo 126 da Lei nº 6.404.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2026 E 2025 (Em milhares de reais - R\$)

Para efeito de cálculo de quaisquer dos quóruns de instalação e/ou deliberação em Assembleia especial de investidores serão excluídos os Certificados de Recebíveis que eventualmente possua em tesouraria; os que sejam de titularidade de empresas ligadas à Emissora, assim entendidas empresas que sejam subsidiárias, coligadas, controladas, direta ou indiretamente, empresas sob controle comum ou qualquer de seus diretores, conselheiros, acionistas, ou pessoa que esteja em cálculo do quórum de deliberação da Assembleia especial de investidores.

c. Sumário das principais deliberações de investidores reunidos em assembleia durante o exercício:

Em 09 de junho de 2025 foi realizada uma assembleia especial de investidores dos certificados de recebíveis imobiliários, na qual deliberaram por aprovar:

- A sustação dos efeitos do Vencimento Antecipado Automático da CCB e, consequentemente dos CRI, nos termos da cláusula 9.2 item (a) da CCB, em razão do descumprimento do Valor Mínimo do Fundo de Reserva, nos termos das cláusulas 2.8.1, item (i) e 7.3 do TS e 2.1.2, item (i) e 5.4 da CCB;
- A transferência de 100% dos recursos depositados no Fundo de Reservas de Obras para o Fundo de Reserva, de tal forma que o Fundo de Reservas de Obras será extinto, uma vez que as obras do Empreendimento Imobiliário foram concluídas e já houve a emissão do Habite-se.

Em 23 de junho de 2025 foi realizada uma assembleia especial de investidores dos certificados de recebíveis imobiliários, na qual deliberaram por aprovar:

- As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado apresentadas pela Securitizadora, acompanhadas do relatório dos auditores independentes, nos termos do Art. 25., I, da Resolução CVM nº 60, relativas ao exercício social encerrado em 31 de março de 2025.

Em 04 de setembro de 2025 foi realizada uma assembleia especial de investidores dos certificados de recebíveis imobiliários, na qual deliberaram por aprovar:

- A sustação dos efeitos do Vencimento Antecipado Automático da CCB e, consequentemente dos CRI, nos termos da cláusula 9.2 item (a) da CCB, em razão do descumprimento do Valor Mínimo do Fundo de Reserva, nos termos das cláusulas 2.8.1, item (i) e 7.3 do Termo de Securitização e 2.1.2, item (i) e 5.4 da CCB. Sendo certo que, fica a Devedora obrigada a reenquadrar o Valor Mínimo do Fundo de Reserva, no prazo de 30 (trinta) dias úteis;
- A não decretação Vencimento Antecipado Não Automático da CCB e, consequentemente dos CRI, nos termos da cláusula 9.1 item (p) da CCB, em razão do desenquadramento do índice de Garantia do Fluxo Mensal por 3 (três) meses consecutivos, nos termos da cláusula 7.4 da CCB. Sendo certo que, fica a Devedora obrigada a reenquadrar o referido índice, no prazo de 30 (trinta) dias úteis;

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2026 E 2025 (Em milhares de reais - R\$)

-
- A utilização dos recursos mantidos no Fundo de Reserva e na Conta Centralizadora, para pagamento da PMT, com vencimento em 28 de agosto de 2025 no âmbito da CCB “Cronograma de Pagamento”, e 29 de agosto de 2025 no âmbito dos CRI “Cronograma de Amortização de Principal e Juros Remuneratórios”. Ficando a Devedora obrigada a aportar os recursos, no prazo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da ata da assinatura desta ata, de modo a manter o Valor Mínimo do Fundo de Reserva devidamente enquadrado, nos termos das cláusulas 2.8.1, item (i) e 7.3 do Termo de Securitização e 2.1.2, item (i) e 5.4 da CCB;
 - A redução Tai exclusivamente desta Data de Pagamento, com vencimento em 28 de agosto de 2025 no âmbito da CCB “Cronograma de Pagamento”, e 29 de agosto de 2025 no âmbito dos CRI “Cronograma de Amortização de Principal e Juros Remuneratórios”, de tal forma que referida Tai será de 2,2935%. Sendo certo que, o referido pagamento será realizado via B3 através do evento genérico em 06 de setembro de 2025, realizado sem encargos moratórios;
 - A redução do montante de composição do Valor Mínimo do Fundo de Reserva, sendo certo que o novo Valor Mínimo do Fundo de Reserva passa a ser R\$250 reais.

Em 06 de outubro de 2025 foi realizada uma assembleia especial de investidores dos certificados de recebíveis imobiliários, na qual deliberaram por aprovar:

- A sustação do Vencimento Antecipado Automático da CCB e consequentemente dos CRI nos termos da cláusula 9.2 item (a), em decorrência do não pagamento da PMT/setembro, com vencimento em 29 de setembro de 2025 no âmbito da CCB “Cronograma de Pagamento”, e 30 de setembro de 2025 no âmbito dos CRI “Cronograma de Amortização de Principal e Juros Remuneratórios”. Sendo certo que, sustado o referido Vencimento Antecipado Automático, a Amortização Programada relativa a setembro será diluída nas próximas Datas de Pagamento, e o pagamento previsto a título de Juros Remuneratórios do referido mês, calculado com base na data de pagamento original, e sem alteração nos períodos de capitalização no âmbito da CCB e dos CRI, deverá ser realizado através da B3 pelo evento genérico em 08 de outubro de 2025, sem encargos moratórios.

Em 03 de novembro de 2025 foi realizada uma assembleia especial de investidores dos certificados de recebíveis imobiliários, na qual deliberaram por aprovar:

- A sustação do Vencimento Antecipado Automático da CCB e consequentemente dos CRI nos termos da cláusula 9.2 item (a), em decorrência do não pagamento da PMT/outubro, com vencimento em 28 de outubro de 2025 no âmbito da CCB “Cronograma de Pagamento”, e 29 de outubro de 2025 no âmbito dos CRI “Cronograma de Amortização de Principal e Juros Remuneratórios”;
- Autorizaram a Emissora a utilizar os recursos mantidos no Fundo de Reserva e na Conta Centralizadora, para pagamento dos Juros Remuneratórios e da Amortização Programada PMT/outubro, que serão realizados através da B3 pelo evento genérico em 05 de novembro de 2025, sem encargos moratórios. Sendo certo que, a Devedora fica obrigada a aportar os recursos, mantendo o Valor Mínimo do Fundo de Reserva devidamente enquadrado, nos termos das cláusulas 2.8.1, item (i) e 7.3 do Termo de Securitização e 2.1.2, item (i) e 5.4 da CCB;

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2026 E 2025 (Em milhares de reais - R\$)

-
- A redução da Tai, exclusivamente desta Data de Pagamento, com vencimento em 28 de outubro de 2025 no âmbito da CCB “Cronograma de Pagamento”, e 29 de outubro de 2025 no âmbito dos CRI “Cronograma de Amortização de Principal e Juros Remuneratórios”, de tal forma que referida TAI será de 2,2462%, passando os novos cronogramas a vigorarem conforme Anexo II.

Em 12 de dezembro de 2025 foi realizada uma assembleia especial de investidores dos certificados de recebíveis imobiliários, na qual deliberaram por aprovar:

- A concessão de waiver prévio para que a Devedora, e/ou os Avalistas (conforme definidos) realizem uma Nova Emissão de Dívida, no valor total de R\$ 25.000, que serão vinculados como lastro de uma operação de securitização para futura emissão de certificados de recebíveis imobiliários (CRI), sem a incidência dos efeitos de Vencimento Antecipado Não Automático previsto na cláusula 9.1. letra (j) da CCB.

Em 06 de janeiro de 2026 foi realizada uma assembleia especial de investidores dos certificados de recebíveis imobiliários, na qual deliberaram por aprovar:

- A sustação dos efeitos do Vencimento Antecipado Automático da CCB e, consequentemente dos CRI, nos termos da cláusula 9.2 item (a) da CCB, em razão do descumprimento do Valor Mínimo do Fundo de Reserva, nos termos das cláusulas 2.8.1, item (i) e 7.3 do Termo de Securitização e 2.1.2, item (i) e 5.4 da CCB. Ficando a Devedora obrigada a reenquadrar o Valor Mínimo do Fundo de Reserva nos termos previstos, no prazo de até 2 (dois) dias úteis;
- A sustação do Vencimento Antecipado Automático da CCB e consequentemente dos CRI nos termos da cláusula 9.2 item (a), em decorrência do não pagamento da PMT/dezembro;
- A Emissora a utilizar os recursos mantidos no Fundo de Reserva e na Conta Centralizadora, para pagamento dos Juros Remuneratórios e da Amortização Programada PMT/dezembro, que serão realizados através da B3 pelo evento genérico em 09 de janeiro de 2026, sem encargos moratórios. Ficando a Devedora obrigada a aportar os recursos, mantendo o Valor Mínimo do Fundo de Reserva devidamente enquadrado, nos termos das cláusulas 2.8.1, item (i) e 7.3 do Termo de Securitização e 2.1.2, item (i) e 5.4 da CCB;
- A redução da TAI, exclusivamente desta Data de Pagamento, com vencimento em 29 de dezembro de 2025 no âmbito da CCB “Cronograma de Pagamento”, e 30 de dezembro de 2025 no âmbito dos CRI “Cronograma de Amortização de Principal e Juros Remuneratórios”, de tal forma que referida TAI será de 1,2201%, passando seus Novos Cronogramas a vigorarem conforme Anexo II e Anexo III.

Em 29 de janeiro de 2026 foi realizada uma assembleia especial de investidores dos certificados de recebíveis imobiliários, na qual deliberaram por aprovar:

- A sustação dos efeitos do Vencimento Antecipado Automático da CCB e, consequentemente dos CRI, nos termos da cláusula 9.2 item (a) da CCB, em razão do descumprimento do Valor Mínimo do Fundo de Reserva, conforme disposto nas cláusulas 2.8.1, item (i) e 7.3 do Termo de Securitização e 2.1.2, item (i) e 5.4 da CCB. Sendo certo que, caso aprovado o presente item, a Devedora deverá reenquadrar o Valor Mínimo do Fundo de Reserva nos termos previstos, no prazo de até 15 (quinze) dias, contados da data de assinatura desta Assembleia, nos termos da cláusula 7.3 do Termo de Securitização;

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2026 E 2025 (Em milhares de reais - R\$)

- A alteração dos Cronogramas de Amortização de Principal e Juros Remuneratórios, previsto no Anexo I da CCB e Anexo II do Termo de Securitização, visando reduzir a Taxa de Amortização (Tai) para que seja igual a “zero”, de forma que os cronogramas passarão a constar na forma do Anexo II.

7. OUTRAS OBRIGAÇÕES

Representados por:

	31/03/2026	31/03/2025
Fundo de Despesas (i)	306	267
Fundo de Reserva (ii)	256	255
Fundo de Reserva de Obras (iii)	-	1.105
Outros Passivos (iv)	654	-
Imposto retido a recolher	-	1.489
Total	1.216	3.116

- (i) Recursos destinado ao pagamento de despesas do patrimônio separado;
- (ii) Fundo de Reserva para cobrir eventuais necessidades de recursos para o pagamento dos certificados de recebíveis imobiliários;
- (iii) Recursos utilizados para o reembolso de custos incorridos pela Devedora nas despesas imobiliárias;
- (iv) Parcelas recebidas antecipadamente que serão utilizadas para o pagamento dos certificados de recebíveis imobiliários.

8. PRESTADORES DE SERVIÇOS

Para o cumprimento das obrigações relacionadas à emissão, o Patrimônio Separado conta, como prestadores de serviços, com as empresas relacionadas a seguir, cuja forma de remuneração segue igualmente demonstrada:

Despesas recorrentes e extraordinárias pagas, que são necessárias para manutenção da operação:

Natureza do serviço	Empresa	Periodicidade da remuneração	Valor das Despesas Incorridas no Exercício 2026	Valor das Despesas Incorridas no Exercício 2025
Tarifa Bancária	Bancos	Mensal	3	5
Contabilidade	Projeto Assessoria em Contabilidade	Mensal	-	3
Elaboração das Demonstrações Financeiras do Patrimônio Separado	Link Consultoria Contábil	Mensal	3	-

PATRIMÔNIO SEPARADO DA 5ª EMISSÃO DA SÉRIE 1ª – CRI - ISIN Nº BRPVSCCRI1J7
(ADMINISTRADO POR COMPANHIA PROVÍNCIA DE SECURITIZAÇÃO)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2026 E 2025 (Em milhares de reais - R\$)

Natureza do serviço	Empresa	Periodicidade da remuneração	Valor das Despesas	Valor das Despesas
			Incorridas no Exercício	Incorridas no Exercício
			2026	2025
Auditor externo das Demonstrações Financeiras do Patrimônio Separado	BDO RCS Auditores Independentes S.S. Ltda.	Anual		
Serviços de administração de carteira	Cesar Augusto Soares - ME	Mensal	3	3
Serviços de informática	OGFI Outsourcing e Governança Financeira Ltda	Mensal	17	17
Agente Fiduciário	Oliveira Trust	Mensal	52	123
Agente Custodiante	Companhia Hipotecária Piratini	Anual	28	25
Serviço de Verificação e Destinação de Recursos	Oliveira Trust	Semestral	2	2
Gestão e administração	Cia Província de Securitização	Mensal	-	1
Horas Extraordinárias	Cia Província de Securitização	Mensal	56	51
Escriturador	Bancos	Mensal	8	9
Taxa de utilização B3	B3 - Brasil, Bolsa, Balcão	Mensal	7	7
Gerenciamento de obra	Obrass Ltda Gestão e Avaliação de Obra	Anual	3	3
Total			185	-
				249

As Despesas Recorrentes da operação até a data base dessas Demonstrações Financeiras totalizaram o montante de R\$ 190, R\$ 5 refere-se a despesas tributárias efetivas da operação ligadas a securitização que não foram reembolsadas junto a cedente/devedora e R\$ 185 transitou pelo financeiro da operação.

9. CLASSIFICAÇÃO DE RISCO DA EMISSÃO

Os certificados de recebíveis imobiliários da 5ª emissão da série 1ª não serão objeto de classificação de risco.

10. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Não houve transações com partes relacionadas.

11. SERVIÇOS PRESTADOS PELOS AUDITORES INDEPENDENTES

Para o adequado gerenciamento e divulgação da existência de eventuais conflitos de interesse, a Emissora, como parte de suas práticas de governança corporativa, evidencia que não contratou quaisquer outros serviços, além da auditoria independente de suas demonstrações financeiras, dentre as quais estão consideradas as demonstrações financeiras desse Patrimônio Separado, junto à empresa BDO RCS Auditores Independentes S.S. Ltda., ou a quaisquer outras empresas ou pessoas a ela ligadas, direta ou indiretamente.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2026 E 2025 (Em milhares de reais - R\$)

Em complemento, a Emissora observa premissas que a orientam no relacionamento com os seus auditores independentes. Essas premissas estabelecem: (a) que o auditor não representa a Emissora em quaisquer níveis; (b) que as atividades gerenciais são estritamente reservadas para serem desempenhadas por funcionários da própria Emissora, sendo responsabilidade destes o resultado do trabalho realizado; e (c) que os trabalhos a serem auditados foram realizados por profissionais sem quaisquer vínculos, diretos ou indiretos, com a empresa de auditoria independente contratada para emitir uma opinião acerca desses trabalhos.

Em consequência, a Emissora considera que estão preservadas a independência e objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria externa.

12. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não houve eventos subsequentes após 31 de março de 2026 até a aprovação das demonstrações financeiras que requeressem ajustes ou divulgação.